



1 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
2 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

1  
2 **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE**  
3 **PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO**  
4 **ESTADO DE ALAGOAS**

5  
6 Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e  
7 três (14/12/2023), às onze horas (11h), realizou-se a 20ª Reunião Ordinária  
8 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de  
9 Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara  
10 Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de  
11 sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o  
12 Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça e os Excelentíssimos  
13 Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Lean Antônio Ferreira de Araújo,  
14 Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena  
15 Acioly, Maurício André Barros Pitta, Helder de Arthur Jucá Filho, Maria  
16 Marluce Caldas Bezerra, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide  
17 Maria Camelo da Silva. Presentes virtualmente os Excelentíssimos  
18 Procuradores de Justiça Marcos Méro, Isaac Sandes Dias e Sérgio Amaral  
19 Scala. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça  
20 Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a  
21 presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a  
22 sessão, perguntando aos presentes se haviam recebido a minuta da Ata da  
23 19ª Reunião Ordinária do CPJ de 2023 e se, caso a tenham recebido,  
24 aprovariam o seu texto. Passada à fase de votação, a Ata foi aprovada por  
25 unanimidade. Por não ter comparecido à sessão transata, o Excelentíssimo  
26 Procurador de Justiça Sérgio Jucá absteve-se de votar. Em seguida, fez-se a  
27 leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ofício nº 18/2023 – Secretaria do CPJ  
28 (para conhecimento). Assunto: Encaminhamento de informações ao  
29 Ministério Público do Estado da Bahia sobre a implantação de indicadores  
30 de Resolutividade no MPAL; 2. Ofício nº 19/2023 – Secretaria do CPJ  
31 (para conhecimento). Assunto: Requerimento de providências. Criação de  
32 funcionalidade automatizada no sistema SAJMP. 3. Proc. SAJMP n.  
33 02.2023.00009922-6 (para conhecimento). Interessado: Núcleo de Defesa  
34 da Saúde Pública – Nudesp/Caop; Assunto: Encaminhamento de  
35 informações. Ação “NUDESP ÀS ORDENS”; 4. Apresentação de minuta  
36 de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto:  
37 Disponibiliza vagas de estacionamento para os profissionais da advocacia e  
38 da Defensoria Pública nas unidades do Ministério Público do Estado de



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

39 Alagoas (consulta ao CPJ, nos termos do art. 12, I, da Lei Complementar  
40 Estadual n. 15/96); 5. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de  
41 Procuradores de Justiça. Assunto: Dispõe sobre os Indicadores de  
42 Resolutividade do Ministério Público do Estado de Alagoas; 6. Proposta de  
43 Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto:  
44 Regulamenta a eleição para formação da lista tríplice e escolha do  
45 Procurador-Geral de Justiça referente ao biênio 2024/2026; 7. Indicação  
46 dos componentes da comissão eleitoral destinada a apurar a eleição para  
47 formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça. Quanto  
48 ao **item 1**, tomou-se conhecimento do ofício expedido pela Secretaria do  
49 CPJ encaminhando informações solicitadas pelo Ministério Público do  
50 Estado da Bahia acerca da adoção de indicadores de resolutividade. Quanto  
51 ao **item 2**, tomou-se conhecimento do ofício expedido pela Secretaria do  
52 CPJ à Diretoria de Tecnologia da Informação solicitando providências  
53 quanto à possibilidade de criação de funcionalidade no sistema SAJ que  
54 permita distribuição por prevenção de processos judiciais. Quanto ao **item**  
55 **3**, tomou-se conhecimento do expediente aviado pelo Núcleo de Saúde  
56 Pública do Centro de Apoio Operacional do MPAL noticiando o início da  
57 Ação “NUDESP ÀS ORDENS”. Quanto ao **item 4**, o Presidente disse que  
58 a minuta de Ato PGJ apresentada versa sobre a disponibilização de vagas  
59 de estacionamento para os profissionais da advocacia e da Defensoria  
60 Pública nas unidades do MPAL. Destacou que a matéria foi objeto de  
61 solicitação formal da Seccional de Alagoas da Ordem dos Advogados do  
62 Brasil. Posta em votação, por unanimidade, o colegiado manifestou-se  
63 favoravelmente à edição do Ato PGJ apresentado. Quanto ao **item 5**, o  
64 Presidente informou que a proposta de Resolução apresentada dispõe sobre  
65 os indicadores de resolutividade do MPAL. Destacou que o texto  
66 apresentado foi fruto do trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente  
67 de Assuntos Institucionais do CPJ, em decorrência de demanda contida no  
68 relatório da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, apresentado  
69 pela Corregedoria Nacional do Ministério Público. Disse que a proposta de  
70 Resolução apresentada foi previamente distribuída entre todos os  
71 integrantes do colegiado. Destacou que o MPAL possui posição de  
72 vanguarda entre as unidades ministeriais da Federação, no tocante à criação  
73 e implementação de projetos que tendem a ocasionar melhorias na  
74 realidade social e influenciam a adoção de políticas públicas. Quanto ao  
75 **item 6**, o Presidente explanou que a proposta de Resolução apresentada  
76 fora distribuída previamente a todos os integrantes do colegiado.



5                   **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
6                   **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

77 Ressaltando que o atual mandato do Procurador-Geral de Justiça do  
78 Ministério Público do Estado de Alagoas termina em 26 de abril de 2024,  
79 afirmou que a referida proposta visa disciplinar o procedimento de  
80 formação de lista tríplice e posterior escolha do Procurador-Geral de  
81 Justiça para o mandato referente ao biênio 2024-2026. Destacou que a  
82 proposta de Resolução em análise segue o padrão utilizado nas eleições  
83 anteriores. Esclareceu que a referida proposta define a data da eleição para  
84 o dia 2 de fevereiro do ano vindouro e está em total conformidade com a  
85 legislação que dispõe sobre a eleição, no âmbito do Ministério Público,  
86 para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Posta em votação, a proposta  
87 foi aprovada por unanimidade. Quanto ao **item 7**, o Presidente informou  
88 que a formação da comissão eleitoral destinada a apurar a eleição para  
89 formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça tem por  
90 objetivo concretizar as prescrições normativas contidas na Lei  
91 Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996, e na Resolução  
92 CPJ que regulamenta a eleição. Sugeriu a indicação dos Promotores de  
93 Justiça Luciano Romero da Matta Monteiro, Humberto Henrique Bulhões  
94 Barros Paula Nunes e Edelzito Santos Andrade. Colocadas em votação, as  
95 indicações foram aprovadas por unanimidade pelo colegiado. Em seguida,  
96 o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de  
97 inserir nova matéria em pauta. Dada a palavra ao Excelentíssimo  
98 Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, este informou que,  
99 ao considerar o processo eleitoral que se avizinha, colocará seu nome à  
100 disposição do Ministério Público do Estado de Alagoas para disputar o  
101 cargo de Procurador-Geral de Justiça, de modo a contribuir com o avanço  
102 da instituição. Ressaltou a importância do processo democrático instaurado  
103 a partir da aprovação da Resolução que regulamenta a eleição para  
104 formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça  
105 referente ao biênio 2024/2026. Elogiou a atuação do Excelentíssimo  
106 Procurador-Geral de Justiça durante todo o período em que vem exercendo  
107 a chefia do Ministério Público do Estado de Alagoas e comunicou que  
108 pretende dar continuidade aos relevantes trabalhos que a instituição vem  
109 desempenhando ao longo dos anos. Agradeceu a confiança depositada e  
110 comunicou que, a partir do dia 2 de janeiro do exercício seguinte, estará se  
111 desincompatibilizando dos cargos de Subprocurador-Geral Administrativo-  
112 Institucional da PGJ e de Conselheiro do CSMP, de modo a efetivar sua  
113 candidatura. Agradeceu aos integrantes do Colégio de Procuradores de  
114 Justiça e a todos os membros do MPAL pelo apoio recebido, destacando

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



7 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
8 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

115 que pretende alcançar uma convergência em prol da unidade e equilíbrio  
116 desta unidade ministerial. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador-  
117 Geral de Justiça enalteceu a iniciativa do Excelentíssimo Procurador de  
118 Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, ressaltando sua integridade,  
119 competência e zelo com a instituição. Disse que o êxito alcançado pela  
120 gestão decorreu do apoio de todos os membros, servidores e colaboradores  
121 da instituição. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a pauta.  
122 Adentrando à fase de comunicações, o Presidente elencou atividades  
123 exercidas durante o ano, destacando a aprovação de atos normativos que  
124 reforçaram o avanço do Ministério Público do Estado de Alagoas,  
125 notadamente no aspecto estrutural, como a construção de novas unidades  
126 físicas, bem como na organização administrativa da instituição. Agradeceu  
127 o suporte de todos os integrantes do colegiado. Dada a palavra ao  
128 Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, este informou que,  
129 com a aprovação da Resolução CPJ que dispõe sobre os indicadores de  
130 resolutividade do MPAL, toda a pauta a cargo da Comissão Permanente de  
131 Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ foi cumprida, de forma  
132 que as orientações do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público  
133 foram devidamente observadas. Agradeceu aos integrantes da Comissão e,  
134 de modo particular, ao Excelentíssimo Promotor de Justiça e Secretário do  
135 CPJ Humberto Pimentel Costa, pelo auxílio nos trabalhos desenvolvidos  
136 pela Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do  
137 CPJ. Desejou um feliz Natal e um próspero ano novo a todos. Com a  
138 palavra, o Presidente parabenizou a atuação do Excelentíssimo Procurador  
139 de Justiça Marcos Méro e cumprimentou os Excelentíssimos Procuradores  
140 de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e Maurício André Barros Pitta,  
141 integrantes da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e  
142 Administrativos do CPJ. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de  
143 Justiça Eduardo Tavares Mendes, este cumprimentou a todos. Parabenizou  
144 o Presidente pela condução dos trabalhos durante todo o tempo em que  
145 vem exercendo a chefia da instituição. Saudou o Excelentíssimo  
146 Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e expressou  
147 concordância com o seu discurso de candidatura ao cargo de Procurador-  
148 Geral de Justiça, mormente quanto à busca de equilíbrio e união, de modo  
149 a fortalecer a instituição. Apresentou a todos os integrantes do Colégio de  
150 Procuradores de Justiça o Relatório Trimestral das atividades realizadas  
151 pela Ouvidoria do Ministério Público referente ao período de julho, agosto  
152 e setembro do 2023, bem como um relatório parcial compreendendo o



9 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
10 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

153 período de janeiro a novembro do mesmo ano. Mencionou que na próxima  
154 sessão do CPJ deve apresentar o relatório de todas as atividades exercidas  
155 pela Ouvidoria no segundo semestre do exercício de 2023. Colocado em  
156 apreciação, o Relatório foi conhecido pelo colegiado. Ainda com a palavra,  
157 destacou um caso específico que tramitou na Ouvidoria, em que houve um  
158 conflito de atribuição entre membros da instituição. Mencionou que o  
159 referido caso foi remetido à Procuradoria-Geral de Justiça para fins de  
160 resolução do conflito suscitado. Com a palavra, o Presidente enalteceu as  
161 atividades da Ouvidoria. Informou que ainda não tem conhecimento do  
162 caso relatado, de modo que adotará as providências cabíveis com a maior  
163 brevidade possível. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de  
164 Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, este destacou a atuação da  
165 Ouvidoria como órgão auxiliar o Colégio de Procuradores de Justiça.  
166 Mencionou a relevância dos encaminhamentos feitos pelo referido órgão,  
167 bem como a identificação das demandas que mais aportam no âmbito desta  
168 unidade ministerial. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de  
169 Justiça Maurício André Barros Pitta, este lembrou que hoje é o Dia  
170 Nacional do Ministério Público, uma instituição muito importante na  
171 defesa dos interesses indisponíveis da sociedade. Registrou que  
172 recentemente diversos projetos idealizados por membros desta unidade  
173 ministerial foram premiados pelo Conselho Nacional do Ministério  
174 Público. Propôs uma moção de elogio, por sua relevância em prol de uma  
175 atuação ministerial proativa, com significativos resultados  
176 sociotransformadores para a comunidade, aos Excelentíssimos Promotores  
177 de Justiça: Alberto Fonseca e Lavínia Fragoso, pelo Projeto Reintrodução  
178 do Mutum de Alagoas; Marília Cerqueira e Alexandra Beurlen, pelo  
179 Projeto Socioeducação em Dados; Karla Padilha Rebelo e Marluce Falcão  
180 de Oliveira, pelo Projeto Mulheres em Segurança – Assédio Não! e Lucas  
181 Sachsida e Maria Luísa Maia, pelo Projeto APP Transporte Legal. Propôs,  
182 ainda, uma moção de elogio aos Excelentíssimos Promotores de Justiça  
183 Adriana Gomes Moreira dos Santos, Adivaldo Batista de Souza Júnior e  
184 Napoleão José Calheiros Correia de Melo Amaral Franco pelos relevantes  
185 trabalhos de avaliação e valoração, fundamentais para a construção de um  
186 Ministério Público resolutivo e sociotransformador. Sugeriu também uma  
187 moção de elogio ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio  
188 Roberto Tenório de Albuquerque e à Excelentíssima Promotora de Justiça  
189 Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Assessora de Planejamento e  
190 Gestão Estratégica do MPAL, por sua atuação proativa e resolutiva na



11 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
12 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

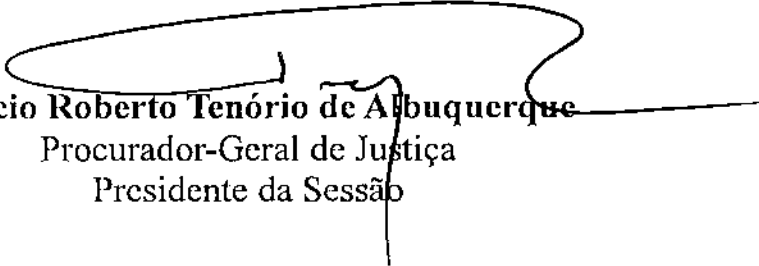
191 defesa dos direitos fundamentais em prol da sociedade, conforme  
192 demonstrado por ocasião dos trabalhos da 12ª Correição Ordinária de  
193 Fomento à Resolutividade, realizada no período de 2 a 5 de maio de 2023.  
194 Com a palavra, o Presidente propôs uma moção de elogio aos integrantes  
195 da Seção de Engenharia do MPAL Bruno Henrique Silva de Lima, Caio  
196 Roberto Monteiro Neves, João Elias de Holanda Gomes, Miguel Ângelo  
197 Gameleira Vaz Júnior e Taynah Machado Lisboa Rabelo, pela dedicação,  
198 zelo, espírito público e atuação irreprochável no desenvolvimento de suas  
199 atividades funcionais durante o exercício de 2023. Colocadas em votação,  
200 todas as moções foram aprovadas por unanimidade pelo colendo colegiado.  
201 Na sequência, o Excelentíssimo Presidente determinou que a Secretaria do  
202 CPJ adotasse as providências relacionadas à publicação e encaminhamento  
203 das Notas de Elogio à Diretoria de Recursos Humanos e à Corregedoria-  
204 Geral para fins de registro nos assentamentos funcionais dos elogiados.  
205 Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria  
206 Camelo da Silva, esta parabenizou todos os integrantes do colegiado pela  
207 atuação durante o ano. Congratulou o Excelentíssimo Procurador de Justiça  
208 Sérgio Jucá, que está fazendo aniversário na data de hoje. Elogiou as  
209 atividades realizadas pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça  
210 Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Com a palavra, o Presidente  
211 ressaltou a importância do Ministério Público como instituição que exerce  
212 papel essencial à função jurisdicional do Estado. Em seguida, o Presidente  
213 agradeceu mais uma vez as presenças de todos e declarou encerrada a  
214 reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como  
215 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel  
216 Costa, Promotor de Justiça, \_\_\_\_\_ sob a conferência e  
217 assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

218

219

220

221

  
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão



Processo: 02.2024.00000468-6  
Interessado: 17ª Vara Cível da Capital/Fazenda Estadual - TJAL  
Natureza: Mandado nº 001.2024/002885-7. Autos nº 0712205-98.2014.8.02.0001  
Assunto: Mandado nº 001.2024/002885-7  
Remetido para: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público

Processo: 02.2024.00000469-7  
Interessado: 17ª Vara Cível da Capital/Fazenda Estadual - TJAL  
Natureza: Mandado nº 001.2024/002906-3. Autos nº 0717657-89.2014.8.02.0001  
Assunto: Mandado nº 001.2024/002906-3. Autos nº 0717657-89.2014.8.02.0001  
Remetido para: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público

## Colégio de Procuradores de Justiça

### Atas de Reunião

#### ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (14/12/2023), às onze horas (11h), realizou-se a 20ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Helder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide Maria Camelo da Silva. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Méro, Isaac Sandes Dias e Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão, perguntando aos presentes se haviam recebido a minuta da Ata da 19ª Reunião Ordinária do CPJ de 2023 e se, caso a tenham recebido, aprovariam o seu texto. Passada à fase de votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Por não ter comparecido à sessão transata, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá absteve-se de votar. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ofício nº 18/2023 – Secretaria do CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminhamento de informações ao Ministério Público do Estado da Bahia sobre a implantação de indicadores de Resolutividade no MPAL; 2. Ofício nº 19/2023 – Secretaria do CPJ (para conhecimento). Assunto: Requerimento de providências. Criação de funcionalidade automatizada no sistema SAJMP. 3. Proc. SAJMP n. 02.2023.00009922-6 (para conhecimento). Interessado: Núcleo de Defesa da Saúde Pública – Nudesp/Caop; Assunto: Encaminhamento de informações. Ação "NUDESP ÀS ORDENS"; 4. Apresentação de minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Disponibiliza vagas de estacionamento para os profissionais da advocacia e da Defensoria Pública nas unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas (consulta ao CPJ, nos termos do art. 12, I, da Lei Complementar Estadual n. 15/96); 5. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Dispõe sobre os Indicadores de Resolutividade do Ministério Público do Estado de Alagoas; 6. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Regulamenta a eleição para formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça referente ao biênio 2024/2026; 7. Indicação dos componentes da comissão eleitoral destinada a apurar a eleição para formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça. Quanto ao item 1, tomou-se conhecimento do ofício expedido pela Secretaria do CPJ encaminhando informações solicitadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia acerca da adoção de indicadores de resolutividade. Quanto ao item 2, tomou-se conhecimento do ofício expedido pela Secretaria do CPJ à Diretoria de Tecnologia da Informação solicitando providências quanto à possibilidade de criação de funcionalidade no sistema SAJ que permita distribuição por prevenção de processos judiciais. Quanto ao item 3, tomou-se conhecimento do expediente aviado pelo Núcleo de Saúde Pública do Centro de Apoio Operacional do MPAL noticiando o início da Ação "NUDESP ÀS ORDENS". Quanto ao item 4, o Presidente disse que a minuta de Ato PGJ apresentada versa sobre a disponibilização de vagas de estacionamento para os profissionais da advocacia e da Defensoria Pública nas unidades do MPAL. Destacou que a matéria foi objeto de solicitação formal da Seccional de Alagoas da Ordem dos Advogados do Brasil. Posta em votação, por unanimidade, o colegiado manifestou-se favoravelmente à edição do Ato PGJ apresentado. Quanto ao item 5, o Presidente informou que a proposta de Resolução apresentada dispõe sobre os indicadores de resolutividade do MPAL. Destacou que o texto apresentado foi fruto do trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Assuntos Institucionais do CPJ, em decorrência de demanda contida no relatório da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, apresentado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público. Disse que a proposta de Resolução apresentada foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado.



Destacou que o MPAL possui posição de vanguarda entre as unidades ministeriais da Federação, no tocante à criação e implementação de projetos que tendem a ocasionar melhorias na realidade social e influenciam a adoção de políticas públicas. Quanto ao item 6, o Presidente explanou que a proposta de Resolução apresentada fora distribuída previamente a todos os integrantes do colegiado. Ressaltando que o atual mandato do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas termina em 26 de abril de 2024, afirmou que a referida proposta visa disciplinar o procedimento de formação de lista tríplice e posterior escolha do Procurador-Geral de Justiça para o mandato referente ao biênio 2024-2026. Destacou que a proposta de Resolução em análise segue o padrão utilizado nas eleições anteriores. Esclareceu que a referida proposta define a data da eleição para o dia 2 de fevereiro do ano vindouro e está em total conformidade com a legislação que dispõe sobre a eleição, no âmbito do Ministério Público, para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 7, o Presidente informou que a formação da comissão eleitoral destinada a apurar a eleição para formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça tem por objetivo concretizar as prescrições normativas contidas na Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996, e na Resolução CPJ que regulamenta a eleição. Sugeriu a indicação dos Promotores de Justiça Luciano Romero da Matta Monteiro, Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes e Edelson Santos Andrade. Colocadas em votação, as indicações foram aprovadas por unanimidade pelo colegiado. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, este informou que, ao considerar o processo eleitoral que se avizinha, colocará seu nome à disposição do Ministério Público do Estado de Alagoas para disputar o cargo de Procurador-Geral de Justiça, de modo a contribuir com o avanço da instituição. Ressaltou a importância do processo democrático instaurado a partir da aprovação da Resolução que regulamenta a eleição para formação da lista tríplice e escolha do Procurador-Geral de Justiça referente ao biênio 2024/2026. Elogiou a atuação do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça durante todo o período em que vem exercendo a chefia do Ministério Público do Estado de Alagoas e comunicou que pretende dar continuidade aos relevantes trabalhos que a instituição vem desempenhando ao longo dos anos. Agradeceu a confiança depositada e comunicou que, a partir do dia 2 de janeiro do exercício seguinte, estará se desincompatibilizando dos cargos de Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional da PGJ e de Conselheiro do CSMP, de modo a efetivar sua candidatura. Agradeceu aos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça e a todos os membros do MPAL pelo apoio recebido, destacando que pretende alcançar uma convergência em prol da unidade e equilíbrio desta unidade ministerial. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça enalteceu a iniciativa do Excelentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, ressaltando sua integridade, competência e zelo com a instituição. Disse que o êxito alcançado pela gestão decorreu do apoio de todos os membros, servidores e colaboradores da instituição. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Presidente elencou atividades exercidas durante o ano, destacando a aprovação de atos normativos que reforçaram o avanço do Ministério Público do Estado de Alagoas, notadamente no aspecto estrutural, como a construção de novas unidades físicas, bem como na organização administrativa da instituição. Agradeceu o suporte de todos os integrantes do colegiado. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, este informou que, com a aprovação da Resolução CPJ que dispõe sobre os indicadores de resolutividade do MPAL, toda a pauta a cargo da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ foi cumprida, de forma que as orientações do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público foram devidamente observadas. Agradeceu aos integrantes da Comissão e, de modo particular, ao Excelentíssimo Promotor de Justiça e Secretário do CPJ Humberto Pimentel Costa, pelo auxílio nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Desejou um feliz Natal e um próspero ano novo a todos. Com a palavra, o Presidente parabenizou a atuação do Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro e cumprimentou os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e Maurício André Barros Pitta, integrantes da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, este cumprimentou a todos. Parabenizou o Presidente pela condução dos trabalhos durante todo o tempo em que vem exercendo a chefia da instituição. Saudou o Excelentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e expressou concordância com o seu discurso de candidatura ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, mormente quanto à busca de equilíbrio e união, de modo a fortalecer a instituição. Apresentou a todos os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça o Relatório Trimestral das atividades realizadas pela Ouvidoria do Ministério Público referente ao período de julho, agosto e setembro de 2023, bem como um relatório parcial compreendendo o período de janeiro a novembro do mesmo ano. Mencionou que na próxima sessão do CPJ deve apresentar o relatório de todas as atividades exercidas pela Ouvidoria no segundo semestre do exercício de 2023. Colocado em apreciação, o Relatório foi conhecido pelo colegiado. Ainda com a palavra, destacou um caso específico que tramitou na Ouvidoria, em que houve um conflito de atribuição entre membros da instituição. Mencionou que o referido caso foi remetido à Procuradoria-Geral de Justiça para fins de resolução do conflito suscitado. Com a palavra, o Presidente enalteceu as atividades da Ouvidoria. Informou que ainda não tem conhecimento do caso relatado, de modo que adotará as providências cabíveis com a maior brevidade possível. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, este destacou a atuação da Ouvidoria como órgão auxiliar o Colégio de Procuradores de Justiça. Mencionou a relevância dos encaminhamentos feitos pelo referido órgão, bem como a identificação das demandas que mais aportam no âmbito desta unidade ministerial. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, este lembrou que hoje é o Dia Nacional do Ministério Público, uma instituição muito importante na defesa dos interesses indisponíveis da sociedade. Registrou que recentemente diversos projetos idealizados por membros desta unidade ministerial foram premiados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.





Propôs uma moção de elogio, por sua relevância em prol de uma atuação ministerial proativa, com significativos resultados sociotransformadores para a comunidade, aos Excelentíssimos Promotores de Justiça: Alberto Fonseca e Lavinia Frago, pelo Projeto Reintrodução do Mutum de Alagoas; Marília Cerqueira e Alexandra Beurien, pelo Projeto Socioeducação em Dados; Karla Padilha Rebelo e Mariuce Falcão de Oliveira, pelo Projeto Mulheres em Segurança – Assédio Não! e Lucas Sachsida e Maria Luísa Maia, pelo Projeto APP Transporte Legal. Propôs, ainda, uma moção de elogio aos Excelentíssimos Promotores de Justiça Adriana Gomes Moreira dos Santos, Aivaldo Batista de Souza Júnior e Napoleão José Calheiros Correia de Melo Amaral Franco pelos relevantes trabalhos de avaliação e valoração, fundamentais para a construção de um Ministério Público resolutivo e sociotransformador. Sugeriu também uma moção de elogio ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e à Excelentíssima Promotora de Justiça Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica do MPAL, por sua atuação proativa e resolutiva na defesa dos direitos fundamentais em prol da sociedade, conforme demonstrado por ocasião dos trabalhos da 12ª Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, realizada no período de 2 a 5 de maio de 2023. Com a palavra, o Presidente propôs uma moção de elogio aos integrantes da Seção de Engenharia do MPAL Bruno Henrique Silva de Lima, Caio Roberto Monteiro Neves, João Elias de Holanda Gomes, Miguel Ângelo Gameleira Vaz Júnior e Taynah Machado Lisboa Rabelo, pela dedicação, zelo, espírito público e atuação irreprochável no desenvolvimento de suas atividades funcionais durante o exercício de 2023. Colocadas em votação, todas as moções foram aprovadas por unanimidade pelo colendo colegiado. Na sequência, o Excelentíssimo Presidente determinou que a Secretaria do CPJ adotasse as providências relacionadas à publicação e encaminhamento das Notas de Elogio à Diretoria de Recursos Humanos e à Corregedoria-Geral para fins de registro nos assentamentos funcionais dos elogiados. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva, esta parabenizou todos os integrantes do colegiado pela atuação durante o ano. Congratulou o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá, que está fazendo aniversário na data de hoje. Elogiou as atividades realizadas pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Com a palavra, o Presidente ressaltou a importância do Ministério Público como instituição que exerce papel essencial à função jurisdicional do Estado. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez as presenças de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão

## Conselho Superior do Ministério Público

### Lista para Impugnação

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso XII, item 3, do Regimento Interno do CSMP/Al, torna públicas as promoções de arquivamento dos processos abaixo identificados, formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias de Justiça:

Cadastro nº: 062023000004916 Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Partes: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/S IPANEM CÍVEL - TUTELA COLETIVA Assunto: Dano Ambiental

Cadastro nº: 022023000087696 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Partes: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo

Cadastro nº: 022023000087819 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Partes: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo

Cadastro nº: 062022000002736 Origem: Promotoria de Justiça de Capela Partes: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas HUGO SANTOS DE OLIVEIRA Assunto: Acumulação de Cargos

Cadastro nº: 062018000004811 Origem: Promotoria de Justiça de Capela Partes: JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA Assunto: Dano ao Erário

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: Conselho Superior do Ministério Público Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE ALAGOAS, PROCURADORIA-GERAL Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE ALAGOAS, PROCURADORIA-GERAL Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE ALAGOAS, PROCURADORIA-GERAL Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE ALAGOAS, PROCURADORIA-GERAL Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE ALAGOAS, PROCURADORIA-GERAL Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Cadastro nº: 062018000010379 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DE